



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO**

8ª Reunião Ordinária

24 de julho de 2012

**Brasília-DF
2012**



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CRT
CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

Ata da 8ª Reunião Ordinária – 24/07/2012

Local: Nova Central Sindical de Trabalhadores

Data: 24 de julho de 2012.

Participantes: Nilton Fraiberg Machado, SE; Luiz Eduardo Lemos da Conceição, SE; Marcelo Aguiar dos Santos Sá, SPPE; Roberto Marinho Alves da Silva, Senaes; Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, SIT; Manoel Messias Nascimento Melo, SRT; Eudes da Silva Carneiro, SRT; Cristiano Barreto Zaranza, CNA; Patrícia Cerqueira de Coimbra Duque, CNC; Júnia Queiroz Alves Dal Secchi, CNCOOP; Emerson Casali Almeida, CNI; Luigi Nese, CNS; Plínio Gustavo Sarti, CNTur; Magnus Ribas Apostólico, Consif; Pablo Rolim Carneiro, (vaga preenchida pelo art. 11, § 1º da Port. 2.092); Carlos Alberto de Oliveira Pereira, CGTB; Pascoal Carneiro, CTB; Maria Graça Costa, CUT; Jacy Afonso de Melo, CUT; Pedro Armengol de Souza, CUT; Danilo Pereira da Silva, FS; Wilson Pereira, NCST; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, UGT; Clóvis Scherer, Dieese; Sandra Oliveira; Claudio Peronico, CUT; Danielle Souza, CUT; Danilo Piva Júnior, CNTur; Agilberto Seródio, NCST; Sebastião José da Silva, NCST; Nicole Goulart, CNT; Adrianny Lemos, NCST; Maristela Leitão, Ascom; José Osório Neves, CNTur; Mauri Viana, CGTB.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

1 Aos vinte e quatro dias do mês de julho de dois mil e doze teve início a oitava Reunião Ordinária do
2 Conselho de Relações do Trabalho, sob coordenação do Sr. Manoel Messias Nascimento Melo.
3 Presentes: Marcelo Aguiar – SPPE; Nilton Fraiberg – SE; Luis Eduardo – Secretaria Executiva;
4 Roberto Marinho – SENAES; Yedda Beatriz – SENAES; Vera Albuquerque – SIT; Eudes Carneiro
5 – SRT; Cristiano Zaranza – CNA; Junia Queiroz – CNCOOP; Luigi Nesse – CNS; João Adilberto –
6 CNS; Carlos Alberto Pereira – CGTB; Pascoal Carneiro – CTB; Francisco Canindé Pegado – UGT;
7 Maria das Graças – CUT; Jacy Afonso – CUT; Pedro Armengol – CUT; Danilo Pereira – FS;
8 Admilson Moreira - SRT; Mauro – SRT; Pablo – CNI; Danilo – CNTUR; Wilson Pereira – Nova
9 Central Sindical; Plínio Sarti – CNTUR; Magnus Apostólico – CONSIF; Rafael Kieckbusch – CNI;
10 Emerson Casali – CNI; Patrícia Duque – CNC; Mauri Viana – CGTB; Clóvis – DIEESE; Sandra
11 Oliveira – CUT; Daniele Souza – CUT; Cláudio Perônico CUT; Agilberto Senório - NCST;
12 Sebastião Silva – NCST; Adrianny Lemos – NCST; Nicole Goulart – CNT; Maristela –
13 ASCOM/MTE; José Osório – CNTUR. ABERTURA: O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo deu
14 início à reunião indicando que seriam retomadas as reuniões do conselho, depois da mudança de
15 gestão do Ministério, e pediu uma rodada de apresentações. Após as apresentações indicou que o
16 Conselho deveria decidir como organizar suas pautas. Sugeriu o encaminhamento da pauta: 1.
17 Leitura das atas da 6ª e 7ª reuniões ordinárias do conselho e da 1ª extraordinária; 2. Discussão da
18 Recomendação 002; 3. Informe do Aviso Ministerial; 4. Discussão sobre a notificação do TCU; 5.
19 Discussão dos Conselhos Regionais de Relações do Trabalho; 6. Exposição sobre a inspeção do
20 trabalho; 7. Discussão sobre o registro sindical; 8. Discussão sobre criação de Grupo de Trabalho
21 sobre trabalho rural. O Sr. Emerson Casali sugeriu que os informes fossem feitos antes da questão
22 do registro. O Sr. Eudes Carneiro perguntou se poderia ser dispensada a leitura das atas, sendo que
23 já havia sido entregues a todos, o que contou com concordância do conselho. O Sr. Manoel Messias
24 Nascimento Melo passou às indicações de novos coordenadores de bancadas. O Sr. Eudes Carneiro
25 informou que a secretaria não havia recebido propostas. A Sra. Maria das Graças indicou que sua
26 bancada havia reafirmado o rodízio de membros, mas que ainda não havia definição de nome. A
27 Bancada do Governo indicou o nome do Sr. Manoel Messias Nascimento Melo. O Sr. Jacy Afonso
28 pediu para que constasse também em ata o registro da recondução na bancada dos empregadores,
29 posto que o mandato (de 1 ano) iniciou em 31 de maio e se encerrou, então automaticamente teriam
30 de comunicar a recondução. Teriam que, formalmente, reconduzir ou alternar a bancada. Houve a
31 leitura da Recomendação 002. O Sr. Roberto Marinho indicou que existia uma área de promoção do
32 trabalho vinculada com a política de crédito e microcrédito produtivo orientado e que isso tinha de
33 ser resgatando, sendo que na 1ª linha no parágrafo 4º, quando falava de ampliação dos recursos
34 orçamentários e financeiros para as ações ativas, entendia caber também tanto o microcrédito
35 produtivo orientado como outras formas de trabalho decente, exercidos na forma associada e
36 cooperada pelos trabalhadores, e sugeriu que se pudesse ampliar, se não criar outra linha, mas nas
37 ações proativas de emprego e renda. O Sr. Francisco Canindé Pegado indicou que não havia
38 problema, pois eram políticas de governo. Indicou que a menção de “eventos esportivos” no texto
39 deveria ser clarificada, especificando os eventos, que seriam apenas os de escala internacional.
40 Apontou ainda que a recomendação deveria ser clara para o Ministro do Trabalho e Emprego dar
41 prioridade para a política pública de trabalho e emprego. O texto da recomendação foi aprovado. O
42 Sr. Eudes Carneiro informou sobre o encaminhamento que o Ministro fez da recomendação 001. A
43 Sra. Patrícia Duque solicitou que a Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e

44 Turismo tivesse o nome escrito corretamente no texto. O Sr. Jacy Afonso sugeriu solicitar
45 informações sobre o documento enviado, em 29 de maio, que não havia tido resposta. Sugeriu
46 ratificar o ofício. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo indicou que seria encontrada uma forma
47 regimental para registrar em ata, para decorrer disso uma ação. Passou ao ponto seguinte, indicando
48 que o TCU havia feito notificação cobrando a segregação da arrecadação da contribuição sindical
49 nas contas dos sindicatos. Indicou que o Ministério estava sendo cobrado pelo TCU para dar uma
50 manifestação, pedindo então manifestação da bancada, dos trabalhadores, posto que a bancada dos
51 empregadores já havia se posicionado quanto ao tema. O Sr. Wilson registrou que a bancada dos
52 trabalhadores iria formalizar a questão dizendo que estavam cumprindo o que estabelece a CLT, a
53 Constituição Federal e os estatutos de entidade. O Sr. Luigi Nese indicou que tinha ocorrido
54 discussão e consenso indicando que a interferência do TCU na segregação de contas não tem
55 nenhuma validade jurídica nem legal. O Sr. Carlos Alberto Pereira indicou que a manifestação da
56 bancada dos trabalhadores seria pela autonomia sindical, baseado na Constituição Federal de 88. O
57 Sr. Manoel Messias concluiu que a bancada dos trabalhadores se manifestará formalmente junto à
58 Secretaria Executiva do Conselho para que seja encaminhada sua manifestação ao TCU, com a
59 ressalva do entendimento do conselheiro Carlos Alberto Pereira - CGTB. Destacou a necessidade
60 da apresentação do texto por escrito. O Sr. Emerson Casali registrou que sua bancada havia
61 entregue a manifestação tempestivamente e o prazo havia sido perdido pelo MTE e indeferido pelo
62 TCU. O Sr. Manoel Messias indicou que iria verificar junto ao MTE o ocorrido e tomar
63 providências para que não acontecesse novamente. Explicou que existe um novo ofício do TCU
64 sobre o tema, sendo necessário o posicionamento das bancadas. O Sr. Eudes Carneiro explicou que
65 o novo expediente envolve especificamente a contribuição sindical, controle de arrecadação, e que o
66 ofício fora encaminhado não só ao Ministério mas também à CNA e à Caixa Econômica
67 Federal. Noticiou que o Ministério teve de se manifestar nos 10 itens do documento enviado ao
68 TCU, e que se trata de um expediente para a SRT, que iria coletar a resposta oficial do Ministério
69 ao TCU para depois noticiar para os conselheiros. Destacou que se trata de uma nova demanda que
70 está em trâmite; um assunto que interessa para as entidades representadas pelos conselheiros. O Sr.
71 Luigi Nese informou, que isso interessa ao FAT e que o Conselho está tomando as providências
72 para arregimentar as informações para poder informar os dados corretamente ao TCU, que isso está
73 na Secretaria Executiva do CODEFAT. O Sr. Jacy Afonso questionou se os dez itens levantados
74 pelo TCU seriam socializados. O Sr. Manoel Messias indicou que havia um conjunto de pedidos de
75 informação do TCU que eram das ações internas do MTE, que estariam sendo mostradas para dar
76 conhecimento, e que verificaria se poderia socializar o teor das considerações. O Sr. Jacy Afonso
77 sugeriu que as decisões sobre a questão com o TCU, fossem tratadas numa reunião conjunta do
78 Ministério com os empregadores e trabalhadores. O Sr. Manoel Messias Nascimento passou ao
79 ponto seguinte: discussão dos Conselhos Regionais de Relações do Trabalho. Indicou que havia
80 recomendação do CRT para que não fossem criados conselhos regionais, evitando possíveis
81 conflitos de posições, tendo em vista as atribuições do CRT. Indicou que havia incentivo para a
82 criação desses conselhos entre representantes de trabalhadores e empregadores e a defesa da
83 manutenção desses espaços nas superintendências. O Sr. Emerson Casali indicou que sua bancada
84 poderia apenas fazer reflexões sobre o tema, naquele momento. A Sra. Maria da Graça indicou que
85 não deveria haver a construção dos conselhos regionais para evitar conflitos de competências. O Sr.
86 Francisco Canindé Pegado indicou que sua proposta foi solicitar ao presidente do CRT para sustar
87 os conselhos já criados. O Sr. Luigi Nese manifestou posição favorável à bancada dos
88 trabalhadores. O Sr. Manoel Messias indicou que seria feito levantamento de quais
89 superintendências e informará às duas bancadas e que sustar simplesmente os conselhos poderia
90 criar mal estar. A Sra. Patrícia Duque indicou que era necessário ter informações para uma decisão

91 mais fundamentada. O Sr. Luigi Nese indicou que era consenso a defesa da não existência dos
92 conselhos regionais e que havia posição contrária ao Ministro à época e isso não tinha sido
93 informado ao conselho. O Sr. Manoel Messias deu o seguinte encaminhamento, que a SRT faça
94 levantamento dos Conselhos existentes relacionados às relações de trabalho, que verifique os
95 estados, os regimentos, faça um relatório e que o CRT volte a discutir na próxima reunião e que ao
96 mesmo tempo as informações sejam passadas para o Ministro com o registro da posição do CRT
97 para que ele dê encaminhamento. A Sra. Vera Albuquerque informou a respeito das Comissões de
98 Colaboração de Inspeção do Trabalho, criadas por Portaria do Ministro para colaborar com a
99 inspeção do trabalho tanto no planejamento como nas avaliações fiscais. Indicou que as comissões
100 deveriam ser tripartites, dada a importância do tripartismo para o processo democrático. Destacou a
101 importância dessa instância para reconhecer os principais problemas em relação ao cumprimento da
102 legislação trabalhista e a opinião dos parceiros, maximizando os recursos da secretaria. O Sr.
103 Wilson informou que os referidos conselhos haviam surgido no Paraná e que lá os trabalhadores
104 faziam denúncias diretamente ao Ministério Público, que fazia parte do Conselho, o que tinha
105 criado problemas. O Sr. Emerson Casali perguntou o escopo desses conselhos. O Sr. Pedro
106 Armengol disse que a prioridade é trazer o debate para dentro do Conselho, inclusive como forma
107 de otimizar e melhorar os recursos, combatendo a precarização quantitativa da fiscalização do
108 trabalho. A Sra. Vera Albuquerque indicou que uma das recomendações da OIT era trabalhar o
109 tripartismo. O Sr. Luigi Nese se manifestou favorável aos comitês e à participação tripartite, o que
110 poderia inclusive dirimir dúvidas sobre a fiscalização e legislação. O Sr. Emerson Casali indicou
111 que o tripartismo nessa relação seria útil e que o fortalecimento do CRT não ia de encontro a esse
112 espaço das câmaras. O Sr. Francisco Canindé Pegado elogiou a postura do governo em relação à
113 participação tripartite, mas enfatizou os problemas que o país enfrenta na fiscalização do trabalho,
114 com falta de pessoal, estrutura e recursos. Sugeriu uma apresentação da realidade atual da
115 fiscalização, para conhecimento dos conselheiros. O Sr. Pascoal Carneiro Neto indicou que havia
116 fala de conselheiro indicando que a comissão do Paraná vinha ao Ministério Público para solicitar
117 fiscalização nos sindicatos, o que fugia do foco proposto e sugeriu verificar essa informação. A Sra.
118 Vera Albuquerque indicou que a inspeção do trabalho no Brasil, por mais que tivesse contingente
119 deficiente, era referência na organização do trabalho, como melhor inspeção do mundo, indicou o
120 que era mais positivo para a fiscalização era o conhecimento dos seus direitos por parte do
121 trabalhador, da realidade do país pelo sindicalista e a ação do empresário para resolver as infrações
122 sem que sua empresa fechasse. Apontou que uma apresentação sobre a inspeção poderia ser
123 marcada. Relatou ainda problemas da inspeção com o Ministério Público, mas indicou que estavam
124 sendo tomadas ações para resolvê-los. O Sr. Carlos Alberto Pereira ressaltou a importância da
125 inspeção do trabalho para a defesa dos direitos trabalhistas. Defendeu ainda a forma tripartite na
126 inspeção. O Sr. Francisco Canindé Pegado registrou o texto da bancada dos trabalhadores sobre o
127 expediente do TCU: *a bancada dos trabalhadores (CUT, Força Sindical, CTB, UGT, Nova Central*
128 *Sindical, CGTB) se reunirá para discutir o assunto e enviará à presidência do CRT um expediente*
129 *sobre o tema tendo como base a liberdade e a autonomia sindicais, o texto constitucional, a CLT e*
130 *os estatutos das entidades sindicais.* O Sr. Manoel Messias passou ao ponto seguinte: discussão
131 acerca do registro sindical. Apontou que havia sido realizada reunião com as bancadas e que havia
132 sido feita apresentação dos principais aspectos que constam da minuta da nova Portaria, elaborada
133 na SRT por determinação do Ministro, objetivando discutir no conselho e construir consenso.
134 Indicou que era necessária velocidade, até possivelmente reunindo o conselho extraordinariamente
135 para referendar os consensos que ali fossem firmados. Sugeriu a criação de um GT para a discussão
136 da Portaria, que funcionaria em paralelo com o GT da tabela de categorias. O Sr. Pascoal Carneiro
137 Neto acatou a sugestão do GT, sugerindo que ele discuta uma instrução normativa e solicitando

138 tempo para apresentar isso mais na frente. O Sr. Luigi Nese indicou que criar a instrução normativa
139 naquele momento indicaria que a Portaria não está clara e que deveria haver o esforço para que sua
140 compreensão e interpretação fosse a melhor possível e que hoje não se sentia à vontade de fazer
141 nenhuma proposta e que gostaria que, se possível, as sugestões dadas nas reuniões informais,
142 fossem agregadas e complementadas como um adendo a essa iniciativa da portaria. O Sr. Manoel
143 Messias compartilhou da opinião do Sr. Luigi Nesse, mas que a instrução normativa poderia ser
144 feita, se realmente necessária. A Sra. Maria da Graça indicou que a Portaria deveria ser clara e
145 opinou pela criação do GT sugerido. O Sr. Emerson Casali indicou que era positiva a ação para
146 procedimentos mais transparentes, mas que deveria ser definido se as questões de fundo sobre os
147 temas seriam debatidas, como a pluralidade em grau superior e filiação. Indicou que a fragmentação
148 em grau superior era inconstitucional. O Sr. Manoel Messias apontou que o desmembramento e a
149 dissociação deverão ser discutidos para criação da Portaria. Também levantou que a questão da
150 tabela de categorias entrava na discussão do desmembramento. Apontou que a Portaria mantinha o
151 entendimento do Ministério. Apontou que a CNAE que poderia ser uma referência para a
152 construção da tabela de categorias, sendo que não queria trabalhar com a CBO. Ressaltou que ainda
153 faltava indicação de alguns membros para o GT da tabela de categorias. Sugeriu que se instale o
154 GT, depois o separe em dois, avançando em cada um e retomando depois, antes de trazer para o
155 conselho as discussões. Não fixou um prazo por não ter conseguido despachar com o Ministro, mas
156 disse que haverá um prazo, e o horizonte máximo é de 2 meses, provavelmente na Reunião
157 Ordinária do CRT. Disse que, se ele vai se estreitar ou alargar, depende de reunião com o Ministro.
158 Em relação à tabela de categorias, disse que o horizonte é concluir até dezembro. O Sr. Luigi Nese
159 registrou que a inconstitucionalidade levantada pelo Sr. Emerson Casali não era posição da
160 bancada, sendo apenas de um grupo. Indicou que o GT da tabela de categorias era imprescindível.
161 Sugeriu ainda se retirar a repetição da documentação necessária em cada um dos itens da Portaria.
162 O Sr. Cristiano indicou que a posição do Sr. Emerson Casali era compartilhada pela CNA e a Sra.
163 Patrícia Duque apontou que a CNC também tinha essa compreensão. A Sra. Nicole manifestou o
164 apoio da CNT à proposição e o Sr. Plínio destacou que a posição da CNTUR era a mesma do Sr.
165 Luigi Nese. O Sr. Manoel Messias indicou que a repetição da documentação exigida era proposital
166 para visualização durante a construção do documento podendo ser retirada posteriormente. O Sr.
167 Carlos Alberto Pereira indicou que a Portaria previa impugnação de central sindical, o que era um
168 problema, pois ela tinha autonomia. Também indicou que as federações poderem ser construídas a
169 partir dos sindicatos não feria a unicidade. O Sr. Pascoal Carneiro Neto indicou que era necessário
170 entendimento para resolução do problema da democratização das eleições sindicais, mas que isso
171 não deveria vir em uma Portaria para regular registro sindical. O Sr. Carlos Alberto Pereira indicou
172 que isso não precisava ser posto na Portaria, mas que estaria no centro da origem da fragmentação.
173 Ressaltou ainda a necessidade de quórum definido para as assembléias. O Sr. Wilson indicou que
174 não se poderia fazer uma Portaria que criasse dúvidas quanto à Constituição Federal, criando
175 motivos para interpelação judicial. O Sr. Jacy Afonso indicou que no último congresso da CUT
176 havia ocorrido mudança de direção, sendo necessário dialogo com a bancada. O Sr. Mauri indicou
177 que sua central sindical iria se debruçar no documento, mas que deixava claro que não se poderia
178 fazer algo inconstitucional. Indicou que a Portaria, ao dar pluralidade na categoria superior e não na
179 inferior, criava um problema, limitando a criação de novos sindicatos. Informou ainda que a CLT
180 tinha previsão para negociação coletiva em categorias não organizadas. O Sr. Manoel Messias
181 indicou que nas federações e confederações não havia mudança em relação à Portaria 186. Propôs a
182 criação de dois grupos, um da Portaria e um da Tabela de Categorias. O Sr. Emerson Casali indicou
183 que desde o Fórum Nacional do Trabalho, tinha defendido a ideia de PEC e não havia alteração na
184 legislação. O Sr. Francisco Canindé Pegado indicou que a instrução normativa é uma coisa que a

185 sua bancada gostaria bastante, para ser apêndice da Portaria. O Sr. Manoel Messias indicou que não
186 era contra a Nota Técnica, apenas sugeriu discutir primeiramente a Portaria. Informou que a minuta
187 não era posição de uma ou duas centrais e sim fonte de uma discussão ampla, com contribuições de
188 várias organizações, inclusive com consultas jurídicas. Sugeriu o prazo de 15 de agosto para
189 instalação dos GTs. O Sr. Manoel Messias Nascimento indicou que as reuniões do dia 15 serão, da
190 Portaria de manhã, das 9h30 às 12h30 e da Tabela às tarde, das 14h às 17h.. Passou ao ponto
191 seguinte: GT sobre trabalho rural. Indicou que havia sido criado o GTTU, mas que tinha terminado
192 sem conclusão. Indicou que seria possível deixar as definições do grupo para o GTRU ou criar
193 grupo no âmbito do MTE e discutir as relações de trabalho e a interpretação colocada. Apontou que
194 o Ministro havia pedido que a discussão ocorresse no Conselho de Relações do Trabalho e que
195 poderia se trabalhar com a SRT na discussão do trabalho rural. O Sr. Cristiano indicou que discutir
196 organização sindical em uma Portaria Interministerial extrapola em muito a competência do
197 Ministério. Apontou que, conforme súmula do STF, o MTE deveria decidir sobre registro sindical e
198 não discutir a forma de organização das entidades. Indicou que o MTE havia se excedido e que não
199 havia previsão legal para o Ministério suspender registro sindical por conta de estudos, sendo mais
200 grave o fato da suspensão ainda existir por falta de conclusão do Grupo. Indicou que algumas
201 discussões se davam como se o registro sindical rural tivesse princípios próprios não aplicáveis aos
202 demais e sugeriu urgência para que se resolvesse a questão da suspensão. Apontou ainda que
203 deveria se resolver as questões em aberto antes de se abrir um novo foco de discussão. O Sr.
204 Pascoal Carneiro Neto indicou que o GT não se limitaria à representação e que o mundo do
205 trabalhador rural tinha muitas questões a serem tratadas e sugeriu aprofundar a discussão. O Sr.
206 Manoel Messias indicou ser importante o Ministério ter posição sobre o GTRU e sobre a
207 determinação que suspendeu a tramitação dos processos rurais. O Sr. Emerson Casali manifestou a
208 opinião de que a situação emergencial deveria ser resolvida, sendo que há mais de sete meses
209 nenhum registro tinha sido concedido. O Sr. Manoel Messias concordou que o Sr. Pascoal Carneiro
210 Neto apresentasse uma proposta para o GT do mundo rural. Disse que vai encaminhar ao Ministro a
211 solicitação para que se tome uma decisão sobre o GTRU. Sobre o GT Aferição, Messias informou
212 que a idéia do Ministério é não editar portaria sobre representatividade em maio. Destacou que
213 sobre a Carta do Milho, está colhendo maiores informações. Sobre sindicatos de servidores
214 públicos, informou que o Ministro havia suspenso a tramitação dos processos, e expediu um
215 Aviso Ministerial para o planejamento com uma série de questões, por orientação, inclusive da
216 CONJUR. Disse que não houve retorno do Ministério do Planejamento e que isso está no Gabinete
217 para ver se revoga ou espera a resposta, e que a posição da Secretaria é que se revogue. Afirmou
218 que a proposta é de convocação da Câmara Bipartite de Servidores Públicos e que iria verificar uma
219 data. O Sr. Manoel Messias indicou ainda que poderia ser criado o GT da Portaria entre os
220 Conselheiros, mas que o GT da tabela de categorias já havia sido constituído por Portaria, não
221 sendo interessante mudar esse processo. ENCERRAMENTO: Em não havendo mais assuntos a
222 tratar, a reunião foi encerrada.

MTE

Nilton Fraiberg Machado, SE

Luiz Eduardo Lemos da Conceição, SE

Marcelo Aguiar dos Santos Sá, SPPE

Roberto Marinho Alves da Silva, Senaes

Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, SIT

Manoel Messias Nascimento Melo, SRT

Eudes da Silva Carneiro, SRT

Confederações Patronais

Cristiano Barreto Zaranza, CNA

Patrícia Cerqueira de Coimbra Duque, CNC

Júnia Queiroz Alves Dal Secchi, CNCOOP

Emerson Casali Almeida, CNI

Luigi Nese, CNS

Plínio Gustavo Sarti, CNTur

Magnus Ribas Apostólico, Consif

Pablo Rolim Carneiro, (vaga preenchida pelo art. 11, § 1º da Port. 2.092)

Centrais Sindicais

Carlos Alberto de Oliveira Pereira, CGTB

Pascoal Carneiro, CTB

Maria Graça Costa, CUT	_____
Jacy Afonso de Melo, CUT	_____
Pedro Armengol de Souza, CUT	_____
Danilo Pereira da Silva, FS	_____

Wilson Pereira, NCST

Francisco Canindé Pegado do Nascimento,
UGT
